

PROMACK - Relatório Técnico Científico

1 - Algumas reflexões teórico-metodológicas

Questões técnico-científicas sobre a relação entre imigração e o aproveitamento da documentação da polícia política.¹

Os estudos sobre a história da e/imigração merecem toda a atenção dos estudiosos neste início do século XXI. Por um lado, promovem o entendimento de processos históricos que se encontram na base do desenvolvimento de sociedades tão ativas, multifacetadas e problemáticas como a que se formou no Estado de São Paulo. Por outro, são obrigados a levar em consideração preocupações que gravam o mundo contemporâneo. Se toda a história é sempre história contemporânea, os estudos sobre imigração o são de forma ainda mais presente, já que recolocam temas e críticas cuja inter-relação do passado com o presente é intrínseca.

Pretende-se aqui interpretar alguns dos sucessos relativos à história política de um dos grupos populacionais mais importantes, no mínimo numericamente, para o processo imigratório para o Brasil: os portugueses. E justamente no período em que sua presença nas transformações sociais tornava-se fundamental, isto é, desde os anos 1920 – período em que a polícia política do Estado, que reuniu informações sobre os imigrantes, foi criada - até o momento da 2ª Grande Guerra, época na qual a imigração portuguesa ganharia novos significados. Interessa também notar que no período em questão o Estado brasileiro reorganizava suas bases políticas para intensificar o processo de modernização

¹ O desenvolvimento do presente projeto, do ponto de vista de seus resultados técnico-científicos, deve ser considerado a partir do conjunto das suas realizações e não apenas da elaboração de evidências textuais. Entretanto, observe-se que as análises que se seguem agregam e consolidam o conhecimento obtido por meio das pesquisas e das discussões travadas entre os componentes do grupo. Assim, adota-se aqui a seguinte ordem de apresentação dos conteúdos: primeiramente algumas reflexões teórico-metodológicas, às quais seguem-se debates mais empíricos sobre as questões da relação entre a documentação e sua utilização para a composição histórica. Finalmente, serão abordados diretamente os problemas políticos *stricto sensu*, e o uso histórico-técnico da documentação de polícia política em São Paulo.

da sociedade. Neste sentido a documentação amealhada pelo DEOPS², Departamento de Ordem Política e Social paulista, oferece informações para entender o conjunto de problemas relacionados à vida destes imigrantes, isto é, às relações sociais, políticas, familiares, sentimentais, de militância que aqui desenvolveram.

Uma polícia modernamente repressora

O DEOPS nasceu a partir da ampliação do Gabinete de Investigações, instituição policial organizada durante a gestão de Washington Luiz como Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, em 1909.³ Em 1924, no cargo de Presidente do Estado, o antigo Secretário convocou auxiliares daqueles tempos anteriores para modernizar o aparato policial, atribuindo-lhe uma especialização condizente com aquilo que definia como as exigências políticas do momento, ou seja, adotando métodos e procedimentos suficientes para garantir uma ordem social e política favorável à oligarquia no poder de Estado.⁴ Afinal, como Prefeito da cidade de São Paulo (1914-1919) consolidara a presença de um aparato policial eficiente e experiente, pois havia enfrentado as conseqüências e as “desordens” sociais decorrentes dos três Gs, como ficaram conhecidos os problemas relativos à Guerra (1914-1918), às Greves operárias de 1917 e a Gripe Espanhola (1918).

Em 1924, o Gabinete de Investigações passou então a contar com novas delegacias especializadas, entre elas uma apenas para investigar ameaças à ordem pública. E esta, o DEOPS, nascia com a explícita preocupação de vigiar e

² Esta instituição, ao longo de sua história de quase 60 anos, adotou também a denominação Delegacia de Ordem Política e Social, DOPS.

³ De acordo com pesquisas do doutorando da USP, Marcelo T. Q. Martins, o Gabinete fora criado a partir do modelo adotado pela polícia inglesa e caracterizava-se por ter um setor de identificação, onde eram arquivados prontuários, com impressões digitais e informações, de todos os anarquistas e criminosos comuns então conhecidos. Em 1914, o Gabinete já contava com 60 mil prontuários.

⁴ o termo oligarquia aqui é tomado no seu sentido de oposição à democracia, representando a presença no poder de Estado de um restrito grupo, relativamente homogêneo e estável no nível nacional, que governava de modo autoritário e procurava eliminar sumariamente a oposição.

controlar as “classes perigosas”, uma vez que recebeu das indústrias paulistas, como “prêmio” pelo início de seus trabalhos, milhares de fichas contendo informações preciosas sobre os seus trabalhadores. Era um bom começo para a instituição que pretendia promover ações de pesquisa que identificassem todos os empregados em todas as empresas da capital do Estado. A fim de desenvolver seus ambiciosos objetivos, o DEOPS foi aquinhoado pelo governo do Estado com uma significativa verba própria e um grande grupo de funcionários exclusivos.

Ao longo de sua existência, o DEOPS passou por diversas mudanças administrativas. Em 1930, a delegacia ganhou uma divisão interna para melhor desenvolvimento de seu trabalho: foi então estabelecida uma seção denominada Ordem Política e outra Ordem Social. Em 1938, o Delegado chefe do DEOPS – que então respondia diretamente ao Secretário de Estado dos Negócios de Segurança - tinha sob sua autoridade quatro principais delegacias: a Ordem Social, que cuidava de fiscalizar greves, campanhas, associações, sindicatos etc.; a Ordem Política, que se incumbia de investigar partidos, militantes, eleições, comícios etc. Ambas as delegacias compostas por seções de policiamento separadas de seções de investigação, e servidas por divisões como Cartório, seção de Expediente (Protocolo e Arquivo Geral), Contabilidade, Corpo de segurança, Serviço secreto, Prisões e Portaria. Outras duas delegacias compunham o Gabinete do Delegado chefe: a de fiscalização de entrada, permanência e saída de Estrangeiros (a qual era responsável pela emissão das carteiras modelo 19) e a de fiscalização de Explosivos, armas e munições. Um verdadeiro exército de funcionários e encarregados freqüentavam as 4 unidades sob o comando do Delegado chefe.⁵

Se a criação do DEOPS ocorreu nos anos 1920, o recrudescimento de sua ação repressora apresentou-se mais claramente na década seguinte. À fase de

⁵ Uma 5ª delegacia, de Ordem Econômica, cuidando dos crimes contra o custo de vida e da fiscalização de produtos proibidos, teve vida efêmera. Para informações pormenorizadas sobre a estrutura do DEOPS, ver CORRÊA, L. R. “O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo”. Revista Histórica, nº 33 de outubro de 2008.
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia04/>

implantação, de experimentação, seguiu-se um período de truculenta repressão, no qual a ação policial foi respaldada pela criação de legislação tipicamente autoritária e cerceadora de direitos democráticos. Em Abril de 1935, a lei de Segurança Nacional, alcunhada de Lei Monstro, reunindo medidas práticas e anteprojetos anteriores, passou a impor-se como parâmetro para coibir as ações de ordem política e social, a criminalizar atos da imprensa, de funcionários civis e militares, e a orientar a expulsão de estrangeiros indesejáveis ao poder constituído. Embora a promulgação desta lei constituísse uma resposta conservadora ao momento de intranqüilidade vivido pela república inaugurada em 1930, ela significava já uma previsão dos grupos poderosos de que questões políticas candentes estavam ainda por vir, e colocar em cheque o autoritarismo varguista. Graças a uma relativa proximidade entre os projetos integralistas e os propósitos nacionalistas restritos do governo Vargas, a escolha do inimigo mais temível recaiu principalmente sobre os comunistas. O DEOPS paulista, no período, respondeu a esta identificação, investigando, prontuariando e perseguindo muito mais os comunistas do que outros “inimigos do regime”.⁶

A Lei Monstro antecedeu os lances mais objetivos de manifestação das esquerdas no período: o comício da ANL (Aliança Nacional Libertadora)⁷ no Rio de Janeiro – que deveria realizar-se em Julho – e o próprio movimento de novembro, batizado pela historiografia governista como a “Intentona Comunista”.⁸ Assim, o clima de insegurança alardeado pela grande imprensa estabelecia-se sobre o “imminente perigo comunista” e sua estreita correlação com a presença de estrangeiros como veículo de “estranhas ideologias de esquerda”. As insurreições de Natal, Recife e Rio de Janeiro ocorridas no final do mês de Novembro, acabaram por consolidar o uso simbólico do mote repressor

⁶ o manuseio preliminar da documentação policial paulista relativa a estrangeiros (projeto de pesquisas junto ao Arquivo do Estado de S. Paulo, denominado PROMACK, por nós coordenado), mais do que o estabelecimento de dados sistemáticos, leva a pressupor que os dois sujeitos mais investigados no período foram os comunistas e os fascistas.

⁷ A Aliança Nacional Libertadora foi uma organização política apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro, criada oficialmente em março de 1935, que reunia diversos opositores do regime Vargas. O objetivo declarado da instituição era apoiar as lutas populares que então se travavam. Defendia a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas entre outras propostas.

⁸ Intentona Comunista foi o nome atribuído pela historiografia conservadora à tentativa de golpe contra o governo de Vargas realizado em novembro de 1935, sobretudo pelo Partido Comunista Brasileiro, em nome da Aliança Nacional Libertadora.

condensado na díade comunismo-estrangeiro. Por muitas décadas este foi o leitmotiv do amedrontamento da população e da criação de condições psicológicas favoráveis à formação de uma “opinião pública” que aprovasse a perseguição, repressão e anulação dos adversários das diversas oligarquias políticas brasileiras.

A partir de 1935, houve um recrudescimento das condições para a repressão. O agravamento da Lei de Segurança Nacional e a determinação de promover milhares de prisões atingiu até mesmo opositores como João Mangabeira, “absolutamente alheio a qualquer trama”. Advogado e deputado de posições democráticas moderadas, impregnadas por ensinamentos de Ruy Barbosa, restou também ele vítima do tacão policial arbitrário, tendo sido preso “porque, no cumprimento estrito do meu dever, procurei defender o direito e a liberdade, impetrando *habeas corpus* contra prisões evidentemente inconstitucionais”. Em seu protesto lavrado em 30 de Março de 1936, contra a Polícia Central do Rio de Janeiro, o parlamentar pôs em evidência todo o desmando – das maiores autoridades, como dos pequenos poderes - que caracterizava o governo seu contemporâneo:

recuso-me a... reconhecer à Polícia competência legal para me inquirir, nas condições em que me encontro, preso desde 7 horas da noite de 23, quando em minha casa fui detido. Não me tendo encontrado, até agora, senão com os agentes subalternos, que... executaram o crime, que outros lhe haviam mandado perpetrar, aproveito este momento para protestar contra a violência feita à letra expressa da Constituição e contra o desrespeito e a diminuição infligidos à Câmara dos Deputados, de que tenho a honra de ser membro. É que, Deputado Federal, ainda em caso de guerra contra o estrangeiro, e do território nacional por ele invadido, eu não poderia ser preso, nem processado, sem licença da Câmara...”⁹

⁹ *Idéias políticas de João Mangabeira*. Brasília, Senado Federal: Fund. Casa de Rui Barbosa, 1980. pp. 79-81

Contudo, o governo Vargas e os grupos que o apoiavam justificavam a repressão em nome mesmo do direito do cidadão de desfrutar de uma sociedade segura e tranqüila, isenta da ação de “ideologias e ativistas estrangeiros”, como faziam parecer que os movimentos de oposição e as insurreições de novembro teriam sido. Isto é, em nome da paz, o Estado varguista impôs a guerra social e desenvolveu o aparato policial repressor.¹⁰ Aos imigrantes a situação se descortinava aterrorizadora, pois mesmo quando denunciados e prontuários por motivos fúteis – e encontram-se casos do gênero aos borbotões na documentação - e não penalizados diretamente, restavam afetados: a ação repressiva, agindo desta maneira, mostrava-se presente e atuante, à disposição de novas medidas. O medo estabelecia-se como garantia da ordem. Se arbitrariedades – e muito comuns eram as notícias sobre sevícias, torturas policiais e expulsões do país¹¹ – não foram praticadas em todos os casos, sempre pairava a hipótese do seu exercício. A inação, assim, se estabelecia.

No sentido de tornar instável a vivência que o estrangeiro tinha das instituições brasileiras, contribuía, afora as questões policiais-políticas, outro processo de caráter mais genérico, isto é, a sua pertinência ou não como componente da sociedade brasileira que os grupos dominantes projetavam para o futuro. Neste caso estava em jogo a imagem do “outro” favorável, e o critério básico adotado ao longo de décadas para selecioná-lo se constituiu na sua dócil possibilidade de assimilação. O estrangeiro deveria pertencer a uma “raça” favorável à integração com o povo brasileiro, embora não se soubesse mais precisamente a que conceito de povo os governantes se referiam; deveriam ser cordatos nas suas relações de trabalho, não criando dificuldades para o empregador latifundiário ou industrial explorador; enfim, “favorecedor” do progresso econômico nas condições que lhe eram oferecidas. A escolha, de modo geral, recaía sobre o europeu branco e cristão que parecia reunir os predicados almejados.

¹⁰ DUTRA, E. de F. “Crime político e segurança nacional”, in: Seminários nº3: imigração, repressão e segurança nacional. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

¹¹ RIBEIRO, M. C. dos S. “Imigração e expulsão: mecanismos para seleção de estrangeiros no Brasil, in: Seminários nº3: imigração, repressão e segurança nacional. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

Portanto, a vinda de imigrantes portugueses contou sempre com a genérica boa vontade das oligarquias dominantes em cada diverso período da história brasileira, desde as primeiras discussões sobre o assunto travadas entre os abolicionistas e imigracionistas, estabelecidas por ocasião do Congresso Agrícola Brasileiro de 1878, e depois intensificadas a partir da Lei Áurea.

Também pelo critério da eugenia – quando ele passou a ser invocado mais fortemente, no início do século XX – os portugueses não sofriam restrições. As principais controvérsias no seio da “Comissão Central Brasileira de Eugenia”, criada em 1931, com o objetivo de fazer *lobby* pela implantação de uma legislação eugênica no país, referiam-se ao aproveitamento populacional de indivíduos negros, judeus ou asiáticos.¹² A questão mesmo com os portugueses, assim como com italianos ou espanhóis, os grupos que forneceram maior número de imigrantes, era de caráter político. E desde logo a República brasileira cuidou de excluir os estrangeiros a ela inconvenientes. Assim, entrou em vigor, em 1907, um Decreto Legislativo pelo qual o estrangeiro que colocasse em risco a “segurança nacional” deveria ser expulso. Tal Decreto foi reforçado por legislação ainda mais draconiana, de 1921, que permitia a expulsão de qualquer indivíduo condenado em seu país por prática de roubo ou outras ações financeiras penáveis. Como a burocracia policial agia muitas vezes sem controle, um amplo leque de “penalidades” atribuíveis ao estrangeiro poderia ser invocado mais ou menos ao sabor das conveniências políticas.

O português como alvo da perseguição policial.

Os dados estatísticos disponíveis indicam que consideradas todas as entradas de imigrantes no Brasil, desde o início do processo massivo de vinda de estrangeiros, isto é nos anos 1870, até os 1960, os três maiores grupos se constituíram nos italianos, portugueses e espanhóis, nesta ordem. Embora para o Estado de São Paulo, no mesmo período, possa-se também fazer igual

¹² sobre questões de eugenia e imigração, ver “Estado Novo e Eugenia” de Fábio Koifman, em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/F%C3%81BIO%20KOIFMAN.pdf>

afirmação, para épocas específicas os números indicam outra conformação. Assim é que, para o Estado, entre os anos 1910 e 1960, o grupo nacional que forneceu maiores contingentes foi o dos portugueses. Observando o quadro abaixo, nota-se que sob um total de 1.552.837 entrados no período, enquanto os italianos e os espanhóis representam aproximadamente 18%, cada um dos grupos, os portugueses ascendem a quase 30%.

Num raciocínio simplista poder-se-ia inferir que estando presentes em maior número, numa época de repressão às atividades políticas dos estrangeiros, aparecessem também os portugueses com maiores contingentes entre os perseguidos e prontuários pela polícia política, num intervalo de datas semelhante ao citado. Mas, não é isto o que se observa quando se recorre aos números obtidos em pesquisas realizadas na documentação reunida pelo DEOPS paulista. Entre os anos de 1924 (ano de criação do DEOPS) e 1983 (ano de sua extinção) a polícia política abriu aproximadamente um total de 160 mil prontuários, entre os quais cerca de 5.400 eram de portugueses e 12.600 de italianos residentes no Estado. Embora não seja possível considerar todos os indivíduos prontuários como contestadores do regime político em questão, já que os motivos mais diversos deram ocasião à abertura de investigações, o problema é que grosso modo pode-se levantar a hipótese de que os portugueses causaram menores preocupações aos policiais do que, por exemplo, o contingente de italianos nas mesmas condições. Enquanto estes foram investigados num percentual de cerca de 4,5%, aqueles preocuparam a polícia política em aproximadamente apenas 1,25% do total de entrados no país.¹³

Em seu clássico estudo, *Trabalho urbano e conflito social*, Boris Fausto repercutiu, e de certa forma avalizou, a hipótese levantada por Sheldon Maran, em *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*, pela qual o

¹³ evidentemente não há precisão estatística nestas observações. Ressalte-se que não há lógica estreita na comparação entre contingente de entradas e nº de prontuários, até mesmo porque muitos dos perseguidos pela polícia haviam chegado ao Estado em época anterior a 1924. Depois, é preciso considerar que, por terem os brasileiros nomes e sobrenomes inseparáveis dos portugueses, e por serem os documentos do DEOPS muitas vezes incompletos (isto é, sem identificação da nacionalidade), é possível que um bom número daqueles últimos não possam ser reconhecidos pela pesquisa como portugueses. Os números gerais sobre imigração foram obtidos no site do Memorial do Imigrante, <http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/historico/e6.htm>

imigrante português era indicado como menos afeito às reivindicações e à militância contra as más condições de trabalho encontradas aqui no país.¹⁴

Maran cita, sem identificar o autor, um livro denominado *A Terra Livre*, no qual estaria escrito que “é bastante ridículo o papel que os portugueses vêm desempenhando. Esses pobres Maneis... correm para a central de polícia e se tornam seus fantoches, prontos a assassinar grevistas...”

Maran colocava a questão em termos relativos, pois, atribuía a idéia a alguns militantes italianos da época, que consideravam os portugueses como “furadores de greves sem consciência social”; observava também que “as generalizações sobre a docilidade do trabalhador português devem ser atenuadas pelos determinantes geográficos e ocupacionais”; e indicava que “afinal, foi o operário português das docas e da construção civil que, de parceria com os espanhóis, fez de Santos um centro de agitação e organização operárias...”

Entretanto, não obstante as ressalvas, o que resulta da sua leitura é a concepção da passividade do imigrante português, já que definitivos são os seus argumentos a favor da idéia. Em primeiro lugar, conjecturava que a acusação aos portugueses poderia ter “validade se considerarmos o período anterior à 1ª Guerra Mundial. O imigrante do nordeste da Itália veio de um dos centros sindicais mais vitais da Europa, enquanto o português vinha de um posto distante, já bastante enfraquecido, do socialismo europeu”. Depois, justificava que “para o trabalhador português, furar uma greve era uma questão de sobrevivência”, pois eles haviam chegado ao Brasil quando os postos de trabalho já estavam ocupados. Finalmente, e de forma definitiva, asseverava que “Em termos gerais, pode-se atribuir à superioridade relativa do movimento operário de São Paulo sobre o do Rio de Janeiro também ao fato dos italianos constituírem o maior grupo estrangeiro da força de trabalho paulistana, enquanto brasileiros e portugueses mais passivos constituíam o grosso da força de

¹⁴ ver FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social:1890-1920. S. Paulo: Difel, 1976. pp. 35 e 36; (Fausto leu o trabalho de Maran ainda mimeografado, anterior à publicação em livro aqui citada). Fausto observa: “Os portugueses eram tidos em São Paulo, pelos organizadores do movimento operário como elementos dóceis, destituídos de consciência de classe, uma visão que seu comportamento muitas vezes confirmava. Sem dúvida, a menor propensão dos portugueses a organizar-se, constatada sobretudo na Capital, relacionava-se em algum grau com sua experiência prévia”.

trabalho somente na capital federal. O gerente da fábrica de tecidos Corcovado... tendo tido problemas com os empregados... ameaçou substituí-los por portugueses mais dóceis e brasileiros de cor negra”.¹⁵

A questão permanece em aberto, mesmo porque outros grupos imigrantes também foram criticados por se “sujeitarem a baixos salários, provocando o desalojamento de trabalhadores nacionais do mercado de trabalho”.¹⁶ A acesso à documentação, paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas junto aos prontuários do DEOPS paulista, poderá contribuir muito para uma colocação mais precisa do problema.

De toda a forma é possível observar que a ação policial sobre o estrangeiro coagia a todos os grupos nacionais e a todas as pessoas em seu interior, pois partia de uma verdadeira lógica da suspeição generalizada, que implicava na permissão para uma incriminação elástica. Qualquer forma de dissídio político, brando ou exacerbado, poderia se confundir com infração à lei e como tal dar lugar a diversas práticas de repressão ou até mesmo eliminação do “imigrante ousado”.

Três eram, naquele período, os pilares estruturais desse pensamento persecutório da polícia política: primeiramente, o estrangeiro era concebido como um elemento estranho à idealizada nação brasileira, já que portava consigo o perigo de contaminação do corpo nacional por meio dos bacilos de ideologias exóticas; em segundo lugar, a polícia das idéias políticas tratava a todos os “diferentes” ideologicamente como subversivos indiscriminados, reunindo no mesmo processo de aversão comunistas, anarquistas, republicanos radicais, e por vezes fascistas, nazistas etc. Finalmente, adotava uma indiscriminada implicação generalizante em relação ao perseguido: isto é, não considerava a relação específica mantida entre o indivíduo e a proposta política assumida.

¹⁵ MARAN, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro:1890-1920*. Rio: Paz e Terra, 1979 pp.31 a 34. Provavelmente há erro de citação em Maran, referente ao livro de título *A Terra Livre*, pois ele indica a data de publicação como sendo “5 de fevereiro de 1907” o que sugere uma publicação periódica, tal como o conhecido jornal anarquista de S. Paulo e do Rio, que circulou no período de 1905-1907.

¹⁶ TAKEUCHI, M. *O perigo amarelo em tempos de guerra*. S. Paulo: Arq. do Estado/Imprensa Oficial, 2002. p. 17

Constituíam-se em sujeitos igualmente investigáveis e penalizáveis diante do furor persecutório do órgão repressivo um militante, um aderente, um simpatizante ou um eleitor.

O português Antônio Candeias Duarte pode ser aqui tomado como um dos modelos de militante investigado. Candeias, que tinha a tipografia como profissão, atuou como militante anarquista, e depois comunista, em São Paulo nas primeiras décadas do século passado. Exerceu importante papel no comitê de greve de 1917, quando a cidade foi paralisada por aproximadamente um mês, e o governo alarmou-se com a magnitude do protesto. Em 1919, escreveu em co-autoria com Edgard Leuenroth *O que é o marxismo ou maximalismo?* Seu prontuário no DEOPS apresenta diversas implicações que o tornavam suspeito de procedimentos políticos “indevidos”, mas entre estas implicações ressalta a acusação específica de crime de opinião, tendo a polícia usado como argumento cabal para justificar sua perseguição o fato do implicado escrever livros!

Sobretudo em dois momentos da história da polícia política paulista os portugueses foram por ela atormentados, dando origem a uma intensificação da produção documental: nos anos 1930, por ocasião dos eventos relacionados à Aliança Nacional Libertadora, ANL, e no período da passagem dos anos 1950 aos 1960, quando uma série de acontecimentos ligados a dissidentes da ditadura salazarista teve repercussão direta no território brasileiro. Em 1959, o general Humberto Delgado, que fora candidato à Presidência de Portugal, colocando em cheque a lógica ditatorial portuguesa, fugindo à perseguição da PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado – instalou-se no Rio de Janeiro. Uma vez no Brasil, entrou em contato com grupos opositores portugueses procurando criar uma unidade contra o governo de Oliveira Salazar, e foi responsável, juntamente com outro importante líder dissidente, Henrique Galvão, também sediado entre nós, pela captura do navio português Santa Maria. Tais episódios tornaram o DEOPS extremamente sensível às ações da “colônia” portuguesa, dando origem a diversos processos de investigação e repressão aos portugueses em São Paulo.

Os portugueses em números da polícia política paulista.

Os dados disponíveis neste momento da pesquisa indicam que, ao longo de seus quase 60 anos de atividades, o DEOPS abriu e acumulou informações em 5.371 prontuários referentes a imigrantes portugueses residentes ou momentaneamente sediados no Estado de São Paulo.¹⁷ Valendo-se destes dados, podem-se apresentar de modo genérico alguns números que contribuem para conhecer o perfil dos portugueses perseguidos pela polícia, ao longo do período.

A grande maioria dos prontuários se constituía em pessoas do sexo masculino, demonstrando uma nítida disposição dos homens no enfrentamento das questões políticas no nível público. As mulheres portuguesas provocaram a ação policial principalmente no que respeita a denúncias de querelas entre proprietárias e inquilinos (de ambos os sexos) de casas de pensão. A subida do preço dos aluguéis quase sempre era a questão polêmica.

Os homens portugueses investigados eram quase sempre casados, identificando uma tendência de militância do homem maduro em detrimento do argumento quase sempre levantado de que o arrebatamento da juventude e a disponibilidade do homem só significavam disposição inequívoca para a contestação.

Os portugueses investigados no Estado de São Paulo não provinham de uma região específica de Portugal, que por razões sociológicas ou políticas *stricto sensu* compelsse o natural à militância contra o Estado de imigração ou suas instituições. Os dados indicam uma proveniência difusa de todo o Portugal, com ligeira preeminência de imigrantes provindos das principais aglomerações urbanas do país. A maioria dos investigados pelo DEOPS, 57,9%, era proveniente de aproximadamente outras 500 diferentes localidades não indicadas no quadro.

¹⁷ Considere-se aqui o que foi informado na nota nº 9. É pretensão da equipe de pesquisadores por produzir informações sistemáticas de cada um destes 5.371 prontuários. Para o presente artigo valemo-nos dos dados apresentados nas fichas remissivas já acumuladas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Quase a totalidade dos portugueses investigados pelo DEOPS tinha como moradia no Brasil o Estado de São Paulo (99%), e neste, a Capital – com 89% - constituía-se no local ao mesmo tempo mais escolhido pelo imigrante, como o espaço de ação política e conseqüente vigilância mais assídua da polícia. A cidade de Santos – com 5% - aparece também como um ponto de concentração dos investigados, ficando os restantes 5% distribuídos por outros municípios como Ribeirão Preto, Assis, Tupã, São José do Rio Preto etc.

As informações alcançáveis até este momento da pesquisa permitem identificar muito precariamente os motivos alegados pelo DEOPS para promover a investigação e a perseguição dos militantes políticos portugueses. Dispõe-se de dados sobre “o crime político” praticado apenas para 378 prontuários. Porém, tomando este número como uma amostragem, ainda que não fidedigna em relação à totalidade, é possível estabelecer alguma conjectura. Anote-se que do número informado, a polícia classificou como comunistas 174 casos; como integralistas, 10; e como outras (infração à lei de economia popular, idem lei do inquilinato, grevista, “elemento suspeito”, desacato à autoridade, expulsão etc.), 194 casos.

Entre os portugueses indicados como comunistas, pode-se reconhecer como principais razões do DEOPS para perseguição e repressão, a investigação por motivo de averiguação das atividades do cidadão ou pelo fato de que ele simplesmente estivesse fazendo propaganda de suas idéias. De tal forma que a intenção era nitidamente silenciar a voz opositora ainda no seu nascedouro.

Considerado o mesmo grupo, isto é, os portugueses indicados como comunistas, e promovendo uma comparação com números relativos à totalidade dos portugueses sobre os quais a documentação do DEOPS oferece informações, podem-se notar algumas discrepâncias. Enquanto a maioria dos investigados seguia o padrão de ocupação dos imigrantes portugueses em geral para o Brasil, isto é, eram comerciantes (60,1%), o militante comunista tendia a exercer profissões identificadas como tipicamente de empregados subordinados, não proprietários: mais de 50% constituíam-se em comerciários, operários,

ferroviários, pedreiros ou lavradores. Enquanto o grupo profissional mais autônomo, isto é, menos subordinado aos ditames dos patrões, ou seja, proprietário de seu próprio negócio – industrial, comerciante, carpinteiro, barbeiro, alfaiate – constituía apenas 25% dos acusados de “crime de comunismo”.

Assim é que, num ensaio aproximativo para entender qual o protótipo do português/imigrante que mais incomodava diretamente às autoridades e aos órgãos policiais executores da política interessante às oligarquias, pode-se encontrá-lo nas seguintes condições: o cidadão do sexo masculino simpatizante ou militante do comunismo, maduro, casado, empregado não-proprietário, proveniente de todo o território português e morador na Capital de São Paulo. Este era o mal a ser eliminado, extirpado, os demais, os outros imigrantes, deveriam ser contidos à base do amedrontamento e da coibição a fim de não caírem na categoria anterior e colocarem em risco a passividade do trabalhador brasileiro.

Disposições da polícia política diante de “portugueses comunistas”.

A atuação da polícia política paulista esteve longe de seguir normas e técnicas descritas como “científicas” ou sistemáticas para promover a coerção de seus inimigos imigrantes mais temidos, os comunistas. A identificação dos motivos que levaram os policiais a perseguir indica ao analista o tanto de improvisação e de amadorismo que marcavam o DEOPS, apesar de seus “métodos modernos” e de suas intenções nefastas.

A título de exemplificação, é possível elencar pelo menos cinco modos diferentes de avaliação da polícia política diante de portugueses acusados de adesão ao comunismo. A princípio e por princípio ela adotava uma visão (1) nacionalista xenófoba, avaliando todo o imigrante insatisfeito como um perigoso traidor da confiança nele depositada pelo “bondoso povo brasileiro”. Desta maneira manifestou-se o delegado responsável pela coerção ao português

Hermínio Augusto e seus companheiros, em 1936, acusados de possuírem um mimeógrafo para produzir propaganda favorável ao comunismo:

“O Estado não deve deixar de punir os indiciados nestes atos, estrangeiros ingratos e mal reconhecidos, que não souberam compreender os nossos sentimentos quando foram em nossa grande pátria recebidos de braços abertos pelos brasileiros, sempre bons e excessivamente tolerantes. Por tudo isto, não deverão e não poderão ser perdoados das graves faltas que cometeram, para o próprio interesse dos brasileiros.”¹⁸

A polícia política procedia de forma comumente truculenta de modo a banalizar a repressão (2), não apenas porque fossem os seus agentes submetidos aos “ossos do ofício” de policial, mas a fim de construir uma imagem que infundisse temor no seio da população e assim angariasse “respeito” pelas suas ações. Em 1939, um motorista de praça da cidade de São Paulo, de nome João Henrique, foi alvo deste comportamento “propositadamente arbitrário” dos beaguins ideológicos. O tal João, conforme se lê em seu prontuário do DEOPS, estava com o seu carro no ponto de táxis

“quando apareceu um moço a quem o declarante conhecia apenas de vista, por ser sobrinho de um senhor de nome Graciano, que trabalhava na firma Pinto Villela, a quem o declarante também servia com o seu carro. O moço subiu no automóvel e mandou seguir até chegar à rua Conselheiro Nébias. O rapaz então desceu do carro e mandou que João esperasse um pouco. Quando voltou, apareceram juntamente inspetores do Deops que o prenderam.” Todos foram encaminhados para o Deops. Lá, João “afirmou não estar ligado a nenhum assunto referente ao comunismo e saber respeitar as leis do país em que vive”.

O motorista foi preso mesmo assim.¹⁹

Outro procedimento comum desta que era uma verdadeira delegacia “do pensamento”, constituía-se em controlar a exposição de símbolos (3) que

¹⁸ Prontuário n° 2182, de Hermínio Augusto, Fundo Deops, 13.10.1938

¹⁹ Prontuário n° 3674, de João Henrique Antunes, Fundo Deops, 02.10.1939

significassem divulgação de idéias contrárias aos “bons costumes políticos”, incriminando seus divulgadores. Joaquim Carreira, um elegante português, simpático à propaganda da Aliança Nacional Libertadora, ANL – que até mesmo havia participado da distribuição de boletins entre os seus companheiros de trabalho desta, então, instituição legal instituição – foi encaminhado ao xadrez porque foi visto usando abotoaduras com o símbolo do partido comunista. Embora, sobre ele nada mais pudesse ser levantado como razão para incriminação, e tenha, certamente como subterfúgio, declarado aos policiais “que as usava inconscientemente e ao saber do significado delas atirou-as a um rio”, Joaquim foi detido.²⁰

A polícia política temia também a expansão das propostas comunistas por puro contágio (4) e passava a dar crédito a delações em que tanto os acusados como os acusadores acabavam envolvidos nas malhas da repressão. Assim ocorreu com o marido de uma mulher “brasileira anônima”, que delatou por carta a um português de nome Joaquim Pereira de Mattos, acusando-o de ter “promovido várias reuniões com o intuito de discutir idéias comunistas”. A dita mulher dizia temer que o acusado virasse “a cabeça do seu marido, já que são amigos”. Acabaram por serem detidos, não apenas o “corruptor” Joaquim, mas também o marido, para averiguações e possíveis punições.²¹

Para além do crédito a delações, não confirmadas pelos fatos, o temor da expansão das idéias comunistas em São Paulo, e por extensão no Brasil, levou o DEOPS a incriminar toda e qualquer manifestação de pensamento entendido como progressista, dando lugar a uma forma de indiciamento por aproximação ideológica (5). Em 1937, José Assucena Maia, português versado nas práticas do “racionalismo científico cristão”, foi detido pela polícia porque contribuía por meio de sua profissão de fé para a propaganda da Aliança Nacional Libertadora, tendo sido “assíduo freqüentador de suas reuniões”. Nem adiantaram as objetivas negativas do pobre racionalista de que a acusação só podia ser “fruto

²⁰ Prontuário nº 70013, de Joaquim Carreira, Fundo Deops.

²¹ Prontuário nº 4671, de Joaquim Pereira de Mattos, Fundo Deops, 04.01.1937

de inimizade de algum companheiro”. Como em tantas outras ocasiões o “imigrante mal-agradecido” foi recolhido à prisão.²²

X X X

Nos anos 20 do século passado, a cidade e o Estado de São Paulo conheceram uma significativa expansão do seu parque industrial. Na base dessa ampliação da produção e das trocas comerciais estava o trabalho de dezenas de milhares de imigrantes, e entre estes o grupo imigrante português representava uma parcela significativa.

As divergências de posicionamentos sociais e políticos entre operários e empreendedores - que remontavam às últimas décadas do século XIX - ganharam então, novas conformações. De uma fase em que a repressão aos movimentos de trabalhadores era comandada por ações “particulares” dos empresários - por meio de demissões e outras medidas coibidoras – as classes dominantes passaram a adoção de medidas ainda mais efetivas de punição. Numa promíscua relação oligárquica entre interesses políticos de empresários paulistas e da camada dirigente do Estado de São Paulo, foi criado o *DEOPS* que a partir de então comandou sistematicamente o impedimento das ações mais contundentes do operariado em geral e, especificamente, de suas lideranças.

Entender a participação dos imigrantes portugueses nesses acontecimentos contribui decisivamente para avaliar a sua extensão, e aponta para a compreensão das relações entre o passado e o presente do processo político brasileiro.

Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação

²² Prontuário nº 4564, de José Assucena Maia, Fundo Deops, 23.10.1937

Braços para a lavoura paulista

A expansão da economia cafeeira pela Província/Estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de braços para a lavoura que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava, gerando a questão do trabalho. A luta pela imigração em São Paulo se iniciou antes do final da escravidão, desde 1871 que o Governo Provincial paulista empreendeu esforços para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, tendo por finalidade facilitar aos cafeicultores o acesso aos trabalhadores imigrantes.

As pressões da elite paulista tornaram-se crescente, na Assembléia Provincial projetos relacionados com a questão do trabalho eram propostos e discutidos. Dando origem a todo um conjunto de leis provinciais que propunha a implementar a ajuda financeira aos fazendeiros que buscassem atrair imigrantes, auxiliando-os nas despesas de viagem (1884), assim, abriram-se as portas para Imigração Subvencionada.

Em 1886, sob os auspícios do então Presidente da Província João Alfredo, foi fundada Sociedade Promotora da Imigração, encabeçada por Martinho da Silva Prado Junior, Nicolau de Sousa Queiros e Rafael Aguiar Pais de Barros. A essa Sociedade cabia difundir, propagandear, atrair e recrutar trabalhadores na Europa, estabelecendo contratos e racionalizando os custos de tal empreitada.

As ações da Sociedade foram iniciadas pelas atividades de divulgação, editando folhetos (oitenta mil) em português, italiano e alemão que difundiam as vantagens de emigrar para o Brasil. Nos folhetos eram apregoadas as facilidades da imigração para São Paulo, com destaque para o transporte ferroviário, hospedagem, alimentação e tratamento médico gratuito. Além do empenho na divulgação a Sociedade se responsabilizou pela administração efetiva de todo um programa de imigração (estabelecido por lei de 3/2/1887).

Em 1887, Martinho Prado viajou para a Europa buscando estabelecer contatos para viabilizar as propostas criando um escritório em Gênova, que

deveria fazer a propaganda e selecionar os imigrantes, já com subsídios do governo que aprovou fundos para essas ações.

“A promotora fazia o contrato com o governo para trazer os trabalhadores. Desta maneira, os fundos públicos eram canalizados quer para companhias de navegação, quer individualmente para imigrantes, visando pagar os custos do transporte”²³

Com a divulgação pelos recrutadores do programa de transporte gratuito pelo governo paulista a atração de imigrantes foi grande, conseguindo-se arregimentar muitos estrangeiros, geralmente os que tinham menos recursos. Para receber a passagem subsidiada, o pretendente tinha que satisfazer certos critérios definidos como idade, sexo, estrutura familiar e ocupação. Não poderiam ser financiados imigrantes solteiros ou os que declarassem intenção de se estabelecer em outro estado, também os que já tivessem anteriormente recebido passagem paga para o Brasil e depois retornado a sua terra.²⁴

Apesar do advento da República em 1889, as ações da Sociedade mantiveram continuidade. A constituição republicana deu autonomia aos estados, incluindo entre as várias atividades da recém-criada Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas - o serviço de imigração.

“Em 1894, a Secretaria de Agricultura de São Paulo concluiu o primeiro de muitos contratos diretos com Companhias de navegação. Em 1895, a Sociedade Promotora recebeu os últimos grupos de europeus, e a Secretaria de Agricultura. Tomou a si uma parte maior do programa. Completada a transição administrativa,

²³ HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em SP, 1886-1934, RJ: Paz e Terra, 1984. p 66.

²⁴ Idem, p. 82.

alcançados seus propósitos, a Promotora se desfez no curso de 1895”.²⁵

Gradativamente a política de subvenção foi ampliada, incluindo hospedagem e transporte dos imigrantes para as fazendas. Todos esses subsídios propiciaram ao Estado um controle sobre as ocupações, atividades e destino dos imigrantes chegados a São Paulo. Destacando que entre 1908 e 1921, dos 206.483 imigrantes subsidiados que entraram pelo porto de Santos, 98% passaram pela hospedaria, 359.167 dos não subsidiados, só de 23% se encontra o registro na Hospedaria, isso quer dizer que a maioria deles atuou autonomamente.

Os defensores da política imigrantista consideravam esse meio o ideal para o abastecimento de trabalhadores nas fazendas de café. A cafeicultura paulista foi efetivando seu projeto de uma política imigrantista, nesse processo percebe-se a passagem de ações e interesses do grupo para uma política do Estado²⁶, inicialmente provincial e depois com - uma política imigrantista em massa, contínua²⁷ e subvencionada pelo governo federal. Dessa forma, a elite agrária conseguiu impor sua proposta para a questão da mão-de-obra - uma política imigrantista em massa, contínua e subvencionada pelo governo.²⁸

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus²⁹ e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

25 Idem p. 67.

26 SALLES, Iraci G. Trabalho, progresso e a sociedade Civilizada. SP, Hucitec, 1986, p. 110.

27 A imigração continua visava manter braços disponíveis frente a alta rotatividade dessa mão de obra, ao final dos contratos grande parte não permanecia nas propriedades, havendo uma contínua necessidade de braços.

28 - A partir de 1914 a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes.

29 - Esperava-se que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade não só regenerasse, mas que imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho, ocupação enobrecedora e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização. SALLES, Iraci G. op.cit..

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira é descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

Hospedaria dos Imigrantes

Em finais de 1881, a Assembléia Provincial organizou um comitê (encabeçado por Nicolau de Sousa Queiros) para estudar a recepção dos imigrantes e planejar uma hospedaria. Em 1882, foi adquirido para tal fim um prédio no bairro do Bom Retiro, apesar das ações de remodelação tinha como limite a acomodação de 500 pessoas. Pequena, com graves problemas de epidemias e localização incomoda, distantes das ferrovias existentes.

Não tardaria (março de 1885) a Assembléia autorizaria a construção de uma nova hospedaria. A Comissão encarregada escolheu como lugar para a construção um ponto de junção das linhas ferroviárias que conectavam a capital paulista a Santos e Rio de Janeiro.

A construção da nova hospedaria foi iniciada em 1886 e já 1887 ainda em obras recebeu os primeiros imigrantes. Pronta em 1888 a hospedaria tinha a capacidade para 4000 pessoas, tornando o prédio ponto central do programa de imigração paulista, nos seus dez primeiros anos de funcionamento foi coordenada pela Sociedade Promotora da Imigração. Em certos momentos chegou a abrigar cerca de 10.000, suas condições de alimentação e higiene tornavam-se precárias.

Depois da viagem transoceânica de 3 a 5 semanas em porões úmidos e mal ventilados, a chegada ocorria no porto de Santos, o imigrante tomava o trem até a cidade de SP, desembarcando na própria hospedaria, aos recém chegados era permitido permanecer na hospedaria por 4 a 8 dias, tendo um lugar para dormir, duas refeições diárias e tratamento médico.

A hospedaria era uma construção ampla, ocupando quase um quarteirão, possuía um desvio ferroviário com plataforma própria para a chegada dos imigrantes.³⁰

Num andar térreo localizavam-se os escritórios, casa de cambio, setor médico, cozinhas, refeitórios e estoques.

No andar superior os dormitórios e numa construção a parte no próprio terreno encontrava-se instalada o setor onde os imigrantes se encontravam com os cafeicultores para estabelecer o contrato. Assinado o contrato o imigrante tomava um trem para o interior.

Havia controle de vigias nos prédios dia e noite, buscava-se evitar roubos, mas também os aliciadores que poderiam desviar os braços ou iludir os recém chegados.

De 1892 a 1905 a Hospedaria esteve vinculada a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras públicas, passando para o Departamento de Terras, Colonização e Imigração (DTCI) em 1905-11. Em 1906, a Hospedaria foi reformada, com melhorias nas instalações sanitárias, cozinha, dormitórios, sendo os contratos reajustados para evitar fraudes e abusos.

A partir de 1911 esteve sob a gerencia do Departamento Estadual do trabalho, retornando para o Serviço de Imigração e Colonização em 1939. Em 1967 Torna-se Hospedaria dos Migrantes, tendo recebido o último grupo de imigrantes em 1978. Calcula-se que chegou a hospedar 3 milhões de imigrantes, de mais de 70 nacionalidades. Ao tombamento do prédio pelo CONDEPHAAT (1982) seguiu-se a criação do Memorial do Imigrante (1998).

Imigrante Português

30 - Pode-se agrupar em três categorias de hospedes: recém chegados subsidiados e não subsidiados, estrangeiros e nacionais que vinham de outros estados.

Apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, alguns vieram diretamente para a cidade, talvez previamente informados sobre as condições de trabalho na zona rural, e outros após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas.

A emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, mas o contingente feminino cresceu gradativamente, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com a política definida pelos cafeicultores paulistas. Assim, a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornava-se tendencialmente familiar e permanente.

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, e, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir.³¹

Gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas: os deslocamentos, os diferentes projetos familiares e as estratégias para concretizá-los, numa trama de valores envolvendo escolhas, re-orientações, conflitos familiares, geracionais, de gênero, provocando exploração, rompimentos, tensões, mas também solidariedades, laços de conterraneidade e afetividades.

A imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas de imigração, alguns que vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram no início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a 1. GG e também os que vieram devido as tensões durante o governo de Salazar.

31 Demartini, Zeila Brito Fabri. Imigração, Família e Educação, V Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, Évora, 2003, p. 3.

Documentação do Memorial do Imigrante de São Paulo.

Instalado nas dependências da antiga Hospedaria dos Imigrantes (1886-88)

Objetivos: resgatar, registrar e preservar a memória da imigração

Criado em 1998, inclui:

Centro de pesquisa e documentação

Museu da imigração

Núcleo Histórico dos transportes

Núcleo de estudos e tradições

Hospedaria dos Imigrantes

Fundos da Hospedaria de Imigrantes

Reúne vários documentos:

Hospedaria do Bom Retiro

Hospedaria do Brás

Secretarias e Departamentos de Estado:

Secretaria da Agricultura, Viação e Obras públicas,

Departamento de Terras, Colonização e Imigração(DTCI),

Departamento Estadual do trabalho,

Serviço de Imigração e Colonização Negócios do Governo

- Listas de bordo de Navios (Santos)

Grupos de fontes

IIPS - Inspetoria de Imigração do Porto de Santos

ITCI - Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração

DTCI - Diretoria de Terras, Colonização e Imigração

TIC - Terras Imigração e colonização

DIC - Departamento de Imigração e Colonização

SIC - Serviço de Imigração e Colonização

DAIC - Departamento de Amparo a Integração Social

Acervo:

Ligado à Secretaria de Agricultura

Política de Terras e colonização

Política de Mão de obra, recepção e encaminhamento de trabalhadores:

Imigração

Migração

Listas de Bordo

Imigrantes entrados (1888- 1978)

1908-1978 Inspetoria de Santos subordinada à Hospedaria

Imigrantes saídos (1900-1950)

Listas de bordo:

Conteúdo das informações

Identificação do vapor

Porto de embarque

Número de ordem

Classe

Nome

Parentesco com o chefe da família

Sexo

Estado civil

Nacionalidade

Profissão

Religião

Instrução

Última residência (país e localidade)

Destino

Bagagem (volumes)

Documentação:

Livros de matrícula dos imigrantes entrados na Hospedaria

Livros de registro de imigrantes e migrantes alojados na Hospedaria do Bom Retiro e na Hospedaria do Brás

159 livros de registro

2 milhões e 500mil registros de imigrantes

Imigrantes

Espontâneos

Subsidiados

Com contrato

Sem contrato

Cotidiano da hospedaria

Livros de matrícula na Hospedaria: Conteúdo das informações

Número de ordem

Nome

Idade/filiação

Nacionalidade

Sexo

Estado civil

Família e número de membros

Profissões

Instrução

Religião

Parentesco

Última residência

Porto de embarque/ Vapor/data da saída

Porto de desembarque/ vapor/data da chegada

Data da entrada na hospedaria

Se já esteve no Brasil

Volumes de bagagens

Destino (estação, Município, fazendeiro, núcleos coloniais, outros estados)

Repatriados/rejeitados

Falecidos

Observações

Outros Documentos

Processos Administrativos da Secretaria de Agricultura

Processos do Serviço de Registro de Estrangeiros

Fichas de registro de Imigrantes (1947-1975)

Documentos pessoais:

Passaportes,

Cartas de Chamada,

Carteiras de Trabalho,

Correspondência Pessoal

Livros

Periódicos

Entrevistas

Vídeos

Fotografias

Mapas

Plantas

Imigração portuguesa SP: perspectivas e possibilidades de investigação

Não se resume ao que está guardado ou arquivado, mas silenciado, esquecido, ocultado, incluindo correspondências, manifestos, processos, diários, etc...materiais iconográficos, documentação das associações.

História oral e memórias A memória construída pelos sujeitos históricos e pelos grupos, deve ser observada como um campo complexo de disputas e instrumentos de poder, assim, as discussões sobre patrimônio adquirem importância. Contemporaneamente, o conceito de patrimônio encontra-se atrelado às questões de identidade-memória, gerando preocupações e cuidados: com a preservação e com o direito a memória, permitindo perceber o patrimônio como prática social e cultural.

Cabe destacar que o patrimônio cultural inclui os vestígios e documentos de um grupo, que ancoram suas memórias e envolve suas questões simbólicas e valores afetivos. Sendo necessário reconhecer e afirmar o significado desse patrimônio histórico, e assim preservar, identificar, e conservar esses documentos como bens culturais de inegável valor histórico. Dessa forma, a construção do arquivo não é só técnica, devendo ser observada sob a perspectiva de preservação de patrimônio.

A historiografia contemporânea tem trazido à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto, para descortinar o objeto.

Esta proposta se insere numa corrente que pretende estabelecer as articulações entre relações sociais, étnicas, de gêneros e práticas e modos de vida, numa perspectiva de integrar os imigrantes portugueses (homens, mulheres crianças sob o foco de diferentes gerações e levas de imigração) cessando de considerá-los como objeto dado, para conhecê-los como sujeitos que se constrói na e pela experiência cotidiana, procurando integrar as tensões sociais de um processo permeado de conflitos e confrontos, recuperando formas várias de resistência e luta.

Nesse sentido, essa investigação reconhece a pesquisa empírica como elemento indispensável e está ciente que ao lidar com as fontes atente para seus múltiplos significados, enfrentado o desafio de enfrentar tensões, diferenças,

mudanças, alterações, permanências e conflitos. Tornando-se necessário dirigir o olhar sobre as fontes, reafirmando um permanente ir e vir neste processo a fim de construir a rede de questões, continuamente refeita, cujo movimento terá em vista a compreensão do cotidiano e da cultura do grupo.

Algumas fontes de pesquisa não se resumem ao que está guardado ou arquivado e, sim, ao que está silenciado ou em esquecimento³². Assim, será incorporado um amplo e variado corpo documental, que incluirá a legislação no Brasil e em Portugal, policiais, ocorrências, processos-crime, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas, correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos.

Os jornais brasileiros e portugueses (jornais de associações, diários, operários), a documentação oficial, cartorial e censos, os passaportes e os registros de entradas e saídas, a documentação dos navios e das associações (comerciais, mutualistas, beneficências, dos grupos regionais). Com destaque para a história oral, pretende-se realizar a pesquisa com imigrantes (homens e mulheres), de diferentes gerações (preferencialmente da mesma família) e que exerceram diferentes atividades³³, procurando recuperar suas memórias, sua experiência, as memórias sobre a cidade, rastreando particularmente as experiências femininas.

As evidências históricas desse projeto são diversificadas: Oraís, visuais, textuais, são registros que ainda não se articulam, porém, de uma mesma forma, um revela o outro e oculta outros. Assim, as fontes trazem códigos de narrativa que precisam ser decifrados, num constante diálogo entre os sujeitos de diferentes tempos, espaços, relações sociais e culturais³⁴.

A história oral permite reflexões sobre os processos de construção e reconstrução, de invenção e reinvenção das identidades, pois, podem apresentar

32 - HOGGART, Richard. As utilizações da cultura. Lisboa: Presença, 1973.

33 - THOMPSON, P. A voz do Passado. RJ, Paz e Terra, 1992 e JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. História Oral: Uma Utopia?, in Revista Brasileira de História, n.25/26, 1993, Marco Zero, pp. 7-16. Portelli, Marieta, MAUAD, Ana Maria. Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares. In: Projeto História. SP: EDUC, n. 22, jun. 2001. pp. 157-170. PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e Os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo 2. UFF. RJ: Relume-Dumara, dez/1996. PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. In: Projeto História. São Paulo: EDUC, n. 22, jun. 2001, pp. 9-36.

34 WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. RJ: Zahar Editores, 1979.

por meio das histórias de vida, uma ampla gama de informações das transformações experimentadas ao longo dos anos. A preocupação dos historiadores em utilizarem a história oral como instrumento de pesquisa é um terreno conflitante.

A evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeito a ter descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.³⁵

A história oral não oferece um esquema fechado de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo o momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas...³⁶

Por isso, lidar com essa diversidade de fontes é cruzá-las continuamente, é captar os sinais que dela se emitem e, portanto, é estabelecer com elas uma relação dialógica. Travar um diálogo com os que propositadamente estão ausentes das fontes é apropriar-se do que nos disse Lucien Febvre quanto à forma de se fazer história³⁷. As boas hipóteses e as problematizações são primordiais, cabendo examinar exaustivamente essas fontes, ampliando-as e interpretando-as, na expectativa de que assim todos os sujeitos sociais estarão envolvidos nas tramas que delineiam a história em questão.

35 THOMPSON, Paul, op.cit. p.137.

36 PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e Os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo 2, UFF. RJ: Relume-Dumará, dez/1996.p.72.

37 FEBVRE, Lucien. Viver a história. In: Combates pela história. Lisboa: Presença, 1985.

2 – Imigração e poder: o uso técnico da documentação de polícia política em São Paulo.

“A exigência de liberdade é uma exigência de poder”, John Dewey.

Pesquisas a propósito da relação entre os imigrantes portugueses e a ação repressora da polícia política do Estado de São Paulo, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 permitem afirmar que nem todos os estrangeiros desta nacionalidade causavam preocupações aos guardiões do establishment. Independentemente do governo de cada uma das etapas em que tal período se divide alguns estereótipos construídos para dirigir a repressão ao pensamento diverso estiveram sempre presentes. Dentre estes, o mito da conspiração comunista internacional jogou papel preponderante. Com relação aos portugueses, o principal inimigo a ser abatido, eliminado, que povoava a imaginação dos órgãos repressores como um hipotético modelo de militante político, era:

o cidadão do sexo masculino, simpatizante ou militante do comunismo, maduro, casado, empregado não-proprietário, proveniente de todo o território português e morador na Capital de São Paulo. Este era o mal a ser eliminado, extirpado, os demais, os outros imigrantes, deveriam ser contidos à base do amedrontamento e da coibição a fim de não caírem na categoria anterior e colocarem em risco a passividade do trabalhador brasileiro.³⁸

³⁸ HECKER, Alexandre. “A repressão aos imigrantes portugueses em S. Paulo: os subversivos e os outros”. In: *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento/Cepese, 2009, v.1, p. 134.

A trajetória de vida e as ideias de Antônio Candeias Duarte cabiam quase perfeitamente neste modelo assustador para as elites políticas do Estado. Ainda mais porque, como ativista ou como pensador, ele se manteve nas posições mais destacadas das lutas democráticas de seu tempo. Não obstante, sua atuação tem permanecido envolta em quase absoluto silêncio da historiografia, quebrado apenas por referências ao livro *O que é o maximismo ou o bolchevismo*, escrito em parceria com Edgard Leuenroth.³⁹

O português Antônio Candeias foi um expressivo líder da esquerda no Brasil. Neste sentido, constituiu-se em precioso alvo para o aparato repressivo já que por meio de sua pessoa, agindo institucionalmente em nome do Estado, acabava por incutir em todos os cidadãos portugueses – como de resto ocorria também com outras nacionalidades aqui presentes – um sentimento de inquietação e de desassossego continuado cujo objetivo era promover formas de autocontrole e autocensura favoráveis à produção da submissão do grupo todo à ordem estabelecida. Antônio Candeias embora nunca tivesse ido além da pregação de idéias sociais que lhe pareciam politicamente justificáveis, embora não houvesse efetivado comportamento violento ou discricionário contra o Estado, foi constantemente vigiado e reprimido. Por isso esteve preso em diversas e significativas oportunidades, tais como: 1917, 1931, 1935, 1947.⁴⁰ Com exceção de 1917, estes momentos de prisão corresponderam a conjunturas em que o Estado julgava necessário passar em revista as informações sobre militantes socialistas, já que temia perder o controle sobre os acontecimentos. Isto é, em boa parte destas ocasiões Candeias e outros pensadores “subversivos” não foram presos porque ofereciam perigo efetivo de liderança de sublevações,

³⁹ Há estudos sobre o livro que mal citam Candeias como autor, atribuindo-o tão somente a Leuenroth.

⁴⁰ Conforme seu prontuário no DEOPS paulista, nº 61 (APESP); como indica a numeração, um dos primeiros militantes a serem regularmente vigiados pela instituição.

mas apenas porque se opunham, ou se opuseram intelectualmente, no passado, à política oficial.



Antônio Candeias Duarte⁴¹ nasceu em Coimbra, Portugal, em 1881, e com 10 anos, acompanhando os pais chegou a São Paulo. Em 1917, já naturalizado brasileiro, foi um dos líderes da grande greve que paralisou a cidade e assustou as elites econômicas com a possibilidade de se verem obrigadas a ceder direitos aos trabalhadores. Na ocasião compôs o Comitê de Defesa Proletária, juntamente com Edgard Leuenroth, e teve atuação destacada, sendo redator do jornal que sustentou o movimento, *A Plebe*. Em março de 1919, no Rio de Janeiro, participou da fundação de um Partido Comunista de feição anarquista, e veio a organizá-lo em Junho, já em São Paulo, com o nome de Partido Comunista do Brasil. Neste mesmo ano, como desdobramento destas ações, e de tentativas de reorganizar o seu contemporâneo pensamento político socialista,⁴² escreveu, mais uma vez ao lado de Leuenroth, um trabalho fundamental para o entendimento daquelas lides no Brasil, o livro acima citado. Em 1921, vamos encontrá-lo colaborando na Revista *Clarté*, juntamente com intelectuais como Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e outros.

⁴¹ O prontuário de Candeias indica que ele se utilizou de diversos pseudônimos, e entre eles o mais comum foi Hélio Negro. Com este nome, assinava preferencialmente os textos para periódicos. É importante ressaltar que seu sobrenome paterno era Candeias, já que a praxe em Portugal era a utilização do nome da mãe em último lugar.

⁴² Entendendo-se aqui pela expressão "socialista" toda e qualquer proposta - entre as várias que se apresentaram historicamente - contrária ao capitalismo stricto sensu.

Durante os anos 1920 descreveu uma não incomum parábola ideológica transferindo-se, como tantos, para as fileiras do movimento comunista, que passou a apoiar por meio de seu trabalho de administrador de empresas gráficas. Logo após a Revolução de 1930, respirando o ar puro de liberdade que por pouco perduraria, produziu juntamente com Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a Pagú, o inspirador *O homem do povo*, para o qual também colaborou. Concomitantemente a esta efêmera experiência influenciada por moções comunistas não ortodoxas, constituiu, como representante da política de divulgação do PCB em São Paulo, uma empresa editorial que chegou a publicar em terras paulistanas o principal periódico da corrente, *A Classe Operária*. Por isto foi preso e teve a sua gráfica em parte destruída.

Embora o prontuário de Candeias elaborado pela polícia política paulista passe a registrar quase nada a partir do ano de 1931, encontram-se ali documentos comprobatórios de suas duas prisões neste ano, depois em 1935, quando da organização da Aliança Nacional Libertadora, e, posteriormente, por ocasião da cassação do PCB, em 1947. Nestes dois últimos momentos, o exame da documentação disponível sugere que não havia motivos para tais reclusões, a não ser a “consulta” a um pretense modelo de militante perigoso para o establishment.

Candeias teve nove filhos que sustentou com suas atividades de comerciante de materiais para impressão – tais como importação de papel, de tintas, de metais, de máquinas - ou como industrial, dono de tipografia. Um seu polêmico conterrâneo, Edgar Rodrigues, já passados muitos anos daquelas lutas revolucionárias, procurando talvez apontar contradições no comportamento militante dele, observou que depois de uma época áurea o espírito revolucionário de Candeias arrefeceu, e isto lhe permitiu “ficar milionário” com a exploração de seus negócios.

No Comitê de Defesa Proletária

Em Julho de 1917, a cidade de São Paulo conheceu um pujante movimento de paralisação do trabalho que se alastrou por todo o Estado de

modo rápido e alarmante para as autoridades governamentais e para os proprietários das indústrias. O Secretário da Justiça do governo paulista, Elói Chaves, viu-se obrigado a negociar com representantes dos trabalhadores, entre os quais estavam diversos adeptos do anarquismo, tal como Antônio Candeias.⁴³ Este, juntamente com Edgard Leuenroth, vinha de recentemente fundar a F.O.S.P. Federação Operária de São Paulo.

O Comitê, em seu trabalho de representação, apoiou-se numa verdadeira rede de delegados operários da cidade e constituiu um movimento articulado de lideranças. Em determinadas ocasiões, tal organização ganhou tanta força que se fez ouvir pelas autoridades e por comissões de industriais em reuniões no próprio Palácio do Governo paulista. Entre as reivindicações dos trabalhadores os poderosos senhores foram obrigados a tomar conhecimento de exigências como respeitar o direito de associação; não despedir trabalhadores como forma de vingança; elevar os salários em geral, como medida de justiça econômica, além de não mais contratarem menores de 14 anos, entre outras reivindicações. Exigia também, o Comitê, que fossem tomadas providências com respeito ao fornecimento regular e abundante de gêneros alimentícios com objetivo de torná-los mais acessíveis à população.

Tais reivindicações comporiam de maneira obrigatória os escritos de Candeias, mesmo os elaborados em outros tempos e diversas conjunturas.

Os empresários, em acordo com as autoridades governamentais, aceitaram perante o Comitê o compromisso de aumentar em 20% os salários e de suspender as demissões. Por estes motivos os trabalhadores voltaram às fábricas e oficinas. Mas, poucos dias após o acordo que encerrava o movimento, ficaria claro que as palavras patronais empenhadas não seriam respeitadas e, pelo contrário, os líderes sofreriam sérias vinganças policiais por terem ousado

⁴³ O líder proeminente do Comitê era Edgard Leuenroth, mas outros importantes militantes compunham o Comitê, tal como o próprio Candeias, Teodoro Monicelli, Gigi Damiani, Francisco Cianci; sobre o tema, ver LOPREATO, C.R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. S.Paulo: Annablume, 2000.

representar a massa trabalhadora. Nesta avalanche repressora, Antônio Candeias foi gravemente implicado.



Em seu caso, era agravante ter escrito nas páginas de *A Plebe*, em 16 de Junho, um artigo no qual os órgãos repressores viram um incitamento a repetir em São Paulo, e no Brasil, as façanhas revolucionárias da Revolução Russa. De fato, no citado texto, Candeias, sob o pseudônimo de Hélio Negro, propunha entender que todos os males dos sistemas políticos vigentes advinham “do iníquo regime da propriedade privada”, o qual, na Rússia, fora substituído pela propriedade coletiva. Dizia mais, denunciava a miséria dos trabalhadores como razão da abastança dos privilegiados: o mundo, para ele, estava povoado por “nações compostas de gente pobre que, embora produza tudo, nada tem, e gente rica que, embora nada produza, tem tudo”. Tratava-se de um libelo anarquista que dividia a página com um outro artigo, de outro então ácrata convicto: Astrojildo Pereira, que de forma veemente procurava demonstrar a falência do Estado brasileiro.

Certamente por sua atuação na grande greve e pelas razões de defesa de semelhante ideário, Candeias, que residia nos fundos do terreno em que sua empresa tipográfica estava instalada, à Rua da Mooca nº. 296, teve sua casa assaltada pela polícia em plena madrugada do dia 13 de Setembro. Foi levado em roupas sumárias para diversos postos policiais, cumprindo um verdadeiro e longo périplo⁴⁴ até ir parar na cidade de Santos de onde deveria ser metido em

⁴⁴ Primeiramente levaram-no, e aos companheiros igualmente presos, aos postos do Braz e depois de Vila Mariana. Neste foi metido numa solitária e submetido a maus tratos, depois retirado e levado ao posto policial de Santos, em Vila Matias, onde já se encontravam companheiros como Florentino de Carvalho, português, e Antônio Nalepinski, russo, e outros cinco, todos espanhóis. Estes todos sumariamente levados ao navio Leão

um navio e expulso, pois que era estrangeiro. Assim se constituía a estratégia despistadora de uma rudimentar instituição policial, componente intrínseca do então Estado autoritário brasileiro, dotado de um projeto ideológico estreito e tirânico ao qual o estrangeiro contestador se via submetido.

O episódio foi analisado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de terça-feira, 25 de Setembro de 1917, que não economizou críticas ao governo do Estado,⁴⁵ inclusive denunciando a maneira falaciosa com que o Delegado Geral havia dito desconhecer o paradeiro de Candeias e de outros estrangeiros também aprisionados. Diferentemente do que ocorreu com o líder português dos trabalhadores brasileiros, os demais estrangeiros envolvidos no caso foram sumária e ilegalmente expulsos do país.

O jornal, provavelmente por informação do próprio Candeias, recuperava trechos da conversa travada entre ele e o Delegado do posto policial de Santos, no qual este último dizia ao preso que conhecia o plano então tramado contra o Estado, mas o inquiria sobre pormenores, tais como “quais eram os advogados, os jornalistas e os políticos que fomentavam greves em S. Paulo e planejavam, agora, um assalto ao Palácio dos Campos Elíseos e a deposição do governo”. Conforme o artigo, neste momento, o preso, surpreendido pelas elucubrações descabidas da autoridade, teria pedido “licença para rir-se um pouco”. Ao que o policial perguntara, impressionado talvez com as relações estabelecidas entre os fatos russos e as interpretações sobre a política nacional e, ao mesmo tempo, revelando a razão daquele “encontro”:

- E aquelas notas (nos jornais)? e aquelas notícias? e aqueles artigos?... Mas, a todas as perguntas deu o sr. Candeias uma resposta pronta, clara, precisa, até que a autoridade mudou de rumo, voltando a interrogá-lo sobre a tentativa de

XII e expulsos.

⁴⁵ “O caso Candeias: o critério e a seriedade com que a Polícia de S. Paulo se desempenha de suas delicadas funções”. p.5

deposição do governo. Por fim, não tendo a mínima dúvida de que o sr. Antônio Candeias não era como supunha, um criminoso, a autoridade preferiu que ele falasse...”

Tendo Candeias apresentado suas razões para a atuação política que desenvolvia, foi recolhido novamente à sela e mais tarde convocado a escrever uma carta dirigida ao Secretário de Segurança, Eloy Chaves, explicando-se. Uma longa missiva que, encaminhada àquela autoridade, teria provocado o seguinte comentário do delegado de Santos: “O dr. Eloy Chaves recebera a sua carta, ficara tocado ao lê-la e queria conhecê-lo pessoalmente”. Assim, após dias encarcerado, Candeias foi encaminhado de volta a São Paulo diretamente à residência particular do Secretário, situada então na nobiliária Avenida Paulista, para uma conversa diretamente com o artífice da repressão ao movimento de trabalhadores paulistas. Dele recebera moções de cooptação e ameaças bastante evidentes:

“Era industrial, possuía várias propriedades, muito boas relações e, se o sr. Candeias precisasse, poder-lhe-ia arranjar uma boa colocação... Depois, naquela vida, o sr. Candeias não podia ter tranquilidade. A polícia é severa e precisa sê-lo, dispondo, para isso de tudo quanto precisa”.

Segundo o jornal, Candeias “comovido pela maneira atenciosa” com que foi tratado, pediu licença para não aceitar a oferta – e, talvez, o jornal não diz, a ameaça – pois sempre fora “pobre, mas nunca viveu em má situação econômica. É comerciante, os seus negócios vão indo bem... Quanto às suas idéias, estivesse descansado; não faria propaganda delas... atendendo à necessidade de cercar a sua família de todo o amparo”.

Tais declarações obtidas em apreensivas circunstâncias de nada valeram para os anos seguintes da vida militante de Candeias, já que pouco após sua libertação vamos encontrá-lo engajado nas lutas por direitos que, no ano seguinte, teriam como palco a cidade do Rio de Janeiro.

Na fronteira entre o anarquismo e o comunismo.

A documentação compulsada não dá conta, em pormenores, da participação de Candeias na fundação de um Partido Comunista de feição anarquista, juntamente com Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira e outros, em 1919, no Rio de Janeiro. José Oiticica esteve à cabeça de tal movimento que depois se estendeu também para São Paulo, com o nome de Partido Comunista do Brasil. Foram os dramáticos acontecimentos de 1918, no Rio de Janeiro, inspirados numa tentativa de reproduzir em terras nacionais aquilo que se imaginava ocorrer na Rússia, que deram oportunidade para a criação de tais partidos.

Assim, grupos anarquistas com apoio em extensos setores do operariado procuraram se organizar com a intenção de atingir a sede do governo brasileiro, então localizado no Rio de Janeiro. Diversos movimentos grevistas foram encetados e como consequência autoridades e empresários acionaram os aparatos repressivos a fim de submeter os trabalhadores à força. O resultado destes embates foi a criação de um verdadeiro ambiente insurrecional que, se não atingiu seu objetivo específico de derrubada do poder constituído, provocou diversos distúrbios e mobilizou intelectuais e trabalhadores para a tentativa de construção de instituições capazes de organizarem movimentos populares politicamente eficientes. Os partidos indicados acima resultaram deste projeto.

Entretanto, do ponto de vista da identificação das propostas a serem desdobradas, os movimentos de 1917, em São Paulo, e o de 1918 e 1919, no Rio, demonstraram que havia claramente a necessidade de tentar entender os projetos colocados à discussão pelos trabalhadores. Não por outra razão, Edgard Leuenroth e Candeias, decidiram enfrentar a questão teórica e produzir um

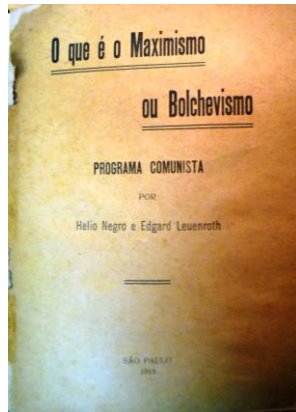
trabalho quase didático para definir as funções e objetivos do pensamento anarquista naquela conjuntura de confusos reflexos da Revolução Russa. Estava em questão a definição de comunismo libertário. Nascia assim *O que é o maximismo ou bolchevismo*, uma brochura de poucas páginas, mas de importante significado.

Se considerarmos que a primeira publicação do *Manifesto Comunista de 1848*, no Brasil, ocorreu em 1924, podemos conjecturar sobre o significado do trabalho de Leuenroth e Candeias, que visava ordenar o conhecimento sobre as ações militantes dos trabalhadores e produzir ideias sobre a gestão da distribuição do poder na sociedade. Não são obras semelhantes, pelo contrário, mas comungam algumas das mesmas intenções estruturais: organizar os trabalhadores e incitá-los à luta. Isto significa dizer que o opúsculo brasileiro chegou antes à leitura da militância do que a obra basilar de Marx e Engels.

A variada terminologia adotada – maximismo, bolchevismo, comunismo, socialismo – em relação ao objetivo dos autores, que era apresentar com clareza uma reflexão “sobre as doutrinas socialistas libertárias”, permite entender os limites interpostos ao trabalho naquele momento em que se mirava para as ocorrências da Revolução Russa, e o que se viam eram nebulosas. Ou seja, referiam-se a doutrinas anarquistas e empregavam o termo "maximalista" que fora usado pelos partidos social-democratas nascidos nos últimos anos do século XIX, e adversários do anarquismo, para designar as agremiações que pretendiam levar o programa socialista ao seu estágio máximo, o que no caso do POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo – significava adotar o bolchevismo como desígnio.⁴⁶

⁴⁶ Por oposição aos maximistas, no seio da II Internacional, e representando aquilo que veio a ser denominado “socialismo reformista”, estavam os minimalistas (mencheviques assumiam este papel na Rússia), adeptos da adoção de um programa mínimo socialista de governo (objetivos não revolucionários como os que o programa máximo propunha).

O trabalho ⁴⁷ estava dividido em duas partes que ocupavam aproximadamente o mesmo espaço: na primeira os autores procuravam definir “o que é o maximismo ou bolchevismo”; na segunda, faziam um “esboço de programa comunista”.



Prometendo esforçarem-se para “em futuro próximo, realizarmos, em outros trabalhos mais bem meditados esse nosso anseio”, os autores acabaram por desenhar todo um modelo de sociedade anárquica que, tendo as associações de trabalho como base, partiria da presença de grupos pequenos, nascidos voluntariamente e desfrutando de autonomia. Estes formariam uma rede em que grupos maiores acabariam por exercer algum poder organizativo sobre a base. Estas associações gerariam os bens, deixando de existir a propriedade privada sobre os recursos sociais. Acima, um Conselho Geral dos Comissariados completaria a lógica federativa. Paralelamente, outro conjunto de órgãos, organizados pela lógica geográfica, representaria os interesses locais, distritais e regionais. Procurando planejar uma sociedade que substituísse a competição capitalista pela solidariedade dos membros individuais livres, propunham a existência – cujas funções não estavam claramente indicadas – de uma Associação Nacional, responsável pela gerência das leis e ordens.

⁴⁷ Publicado em 1919, em São Paulo, sem indicação de casa editora, mas provavelmente resultado das máquinas impressoras do próprio Candeias – já que o aspecto físico da primeira edição se assemelha muito às outras publicações nascidas de sua empresa mais ou menos na mesma época. Continha 128 páginas compostas com tipos amplos e claros, cujo objetivo certamente era facilitar a leitura mesmo de pessoas não afeitas ao papel impresso.

Um verdadeiro futuro idílico era apontado pelos ideólogos anarquistas quando sugeriam que o processo industrial deveria tomar como objetivo o bem-estar de todos, indistintamente:

A produtividade do maquinismo mostra que o labor do homem não é, sob o ponto de vista técnico, a única condição de seu bem-estar material; que tal bem-estar é função de dois fatores: do trabalho do indivíduo e da produtividade do maquinismo em um dado momento de sua evolução. Por conseguinte, nas sociedades modernas, se a direção patronal a isso não se opusesse, o salário do operário, ou a sua parte na divisão, deveria ir aumentando mesmo quando a duração do seu trabalho fosse diminuindo.

Invocando a posição dos anarquistas como verdadeiros mártires daquele momento, os autores valiam-se da imagem popularmente favorável de Tiradentes para afirmar que se ele “hoje existisse, seria novamente enforcado como anarquista perigoso”.

Tratavam no pequeno livro das questões sobre a organização da indústria, da agricultura, dos transportes procurando apresentar as mudanças necessárias para a construção do “comunismo”. Mas a isto não se restringiam: há observações e análises a respeito de múltiplos aspectos da vida social, numa tentativa de abranger todo o espectro das atividades e interesses. As últimas páginas foram reservadas para um exaustivo estudo do trabalho: nos centros industriais, nas construções, nas zonas rurais, nos meios de comunicação e transporte, nas estradas de ferro, nos portos e no mar... Enfim, procurando entender o trabalho como elemento básico para provisão, consumo, distribuição de renda, habitação, instrução etc.

A redação deste trabalho mostrava um Candeias ainda fundamentalmente marcado pelas convicções anarquistas, as quais procurará criticar, ou mesmo renegar, em momentos posteriores. Mas, na verdade, a cisão entre anarquistas e

comunistas ocorreria apenas em 1921, mas já encontraria em Candeias um fervoroso adepto destes últimos, enquanto o seu companheiro de redação d' *O que é o maximismo ou bolchevismo*, Leuenroth, permaneceria nas hostes libertárias.

O estágio atual da pesquisa não permite perseguir a trajetória de Candeias nos anos 1920, formando um verdadeiro hiato ou perda do nexos temporal sobre suas informações pessoais, justamente nesta dramática década. Foi apenas possível reencontrar a personagem em 1931.

Mas, sobre esse tempo carente de informações, tem-se o depoimento, ou melhor, a interpretação de sua carreira de militante elaborada por um investigador do Deops, que, sumariamente, e cometendo impropriedades cronológicas, decretou a total adesão dele às lutas sociais de seu tempo. O policial Antônio Ghioffi, em documento de 23 de maio de 1931, afirmava:

Até 1919, Antônio Candeias Duarte foi partidário do anarquismo. Depois se converteu ao marxismo, aderindo francamente ao Partido Comunista, mantendo uma atividade, em parte de expectativa, depois, por ocasião do triunfo da Revolução de Outubro, concorrendo com dinheiro e literatura saída de sua pena para a vitória de sua causa.

48

Na linha de frente do PCB em S.Paulo.

Com a instalação do novo governo brasileiro em Novembro de 1930, a situação política institucional de São Paulo mudou significativamente. Getúlio Vargas nomeou o Ten. João Alberto, um tenentista de proa como interventor federal para o Estado. Sua gestão à frente do governo caracterizou-se por medidas polêmicas, como a autorização para o funcionamento do PCB, então

⁴⁸ Prontuário da Delegacia de Ordem Social, Antônio Candeias Duarte, nº 61. APESP.

Partido Comunista do Brasil. Ao mesmo tempo, o interventor promoveu ações no sentido de estabelecer compulsoriamente importantes medidas sociais. Tratava-se de um governo francamente desfavorável à elite paulista. Juntamente com outro tenentista, Gen. Miguel Costa,⁴⁹ o interventor organizou a Legião Revolucionária (LR), um partido político que procurava promover a mobilização da população, sobretudo de setores médios e do operariado, em apoio ao novo regime.

A instalação deste governo trouxe para São Paulo a oportunidade, embora efêmera, de conviver de forma menos repressiva com propostas políticas relativas ao comunismo. Assim, Astrojildo Pereira, voltando, em Janeiro de 1931, de longa viagem à URSS, como Secretário-geral do PCB que era, resolveu estabelecer um plano de propaganda no qual a cidade de São Paulo, aproveitando o ambiente favorável instalado pelo ascenso do tenentismo, se transformaria em um centro irradiador e de difusão da literatura do PCB.

A Antônio Candeias, velho conhecido de Astrojildo, coube efetivar tais planos, constituindo um empresa gráfica para produzir o material da campanha, composto por manifestos, livros e periódicos. Desta forma foi concebida a Editorial Marenglen⁵⁰ – o nome decorria da fusão dos nomes Marx, Engels e Lênin - que chegou a produzir diversos trabalhos. Entretanto, em Maio do mesmo ano sucumbiu à pressão das forças conservadoras da elite paulista, e de sua imprensa, que instavam pelo encerramento daquela experiência.

⁴⁹ Miguel Costa foi nomeado comandante da Força Pública paulista e secretário de Segurança do Estado, constituindo-se em elemento fundamental do governo provisório na tentativa de mobilização de massas. Com a queda da interventoria de João Alberto, em julho de 1931, foi afastado da Secretaria de Segurança, mas permaneceu no comando da Força Pública. Em 1932, transformou a LR, em Partido Popular Paulista (PPP), mas logo depois foi afastado também do comando da Força Pública. Foi preso por ocasião da Revolução Constitucionalista, em julho, 1932.

⁵⁰ A empresa, embora Candeias tivesse negado perante o DEOPS sua participação societária no empreendimento – declarando que apenas funcionava como editor – contou ainda com outros sócios: João Freire de Oliveira, Florêncio Tejada e Sant'Anna Cabral. Conf. prontuário de Candeias anteriormente citado.



No dia 21 daquele mês, a polícia política desfechou uma diligência à sede da Marenglen, situada então na Rua Antônia de Queirós nº. 28, e apreendeu farto material impresso, tendo tratado clichês e outros elementos de impressão de tal forma a inutilizá-los. A imprensa conivente com a ação policial respirou aliviada, pois estavam sendo retirados de circulação

livros subversivos que eram enviados para todos os Estados do Brasil. Pequenos livrinhos, impressos em papel ordinário, que aos milhares estavam sendo empacotados para serem enviados aos aderentes e simpatizantes do comunismo.⁵¹

Na ocasião, o jornal *A Tribuna do Povo*, do Rio de Janeiro,⁵² observou que a presença de atividades como aquelas desenvolvidas pela Marenglen poderiam significar um grande perigo para a nacionalidade, “dadas as condições heterogêneas da nossa população operária, composta de gente inculta, de todas as procedências”.⁵³ Na verdade o que o periódico externava não era senão um lugar-comum do pensamento da elite do período, já que via na ação “perniciosa dos comunistas”, junto ao operariado constituído por estrangeiros, um duplo perigo. Mais uma vez o estereótipo que perseguia imigrantes se fazia dramaticamente presente na trajetória de Candeias.

⁵¹ conf. recorte, sem identificação do periódico, apenso ao prontuário Deops em nome da Editorial Marenglen, nº. 831 - APESP

⁵² id. *ibid.*

⁵³ id. *ibid.*

No *Homem do Povo*, com Oswald e Pagú.

Simultaneamente às tarefas relacionadas à Editorial Marenglen, Candeias experimentou uma aventura heterodoxa dentro do variado mundo do socialismo em São Paulo: associou-se à empreitada modernista de Oswald de Andrade e Patrícia Galvão no pasquim *O Homem do povo*, uma obra pioneira na linguagem de aproximação com o público leitor paulistano. Os dois estavam então filiados ao Partido Comunista, mas não pautavam suas condutas pela rígida normativa militante que a agremiação impunha aos seus aderentes.

O jornal circulou entre Março e Abril de 1931, e Candeias foi o responsável não apenas pela produção, como também redigiu artigos básicos para a definição da proposta política do periódico. Nesse sentido, escreveu para o nº. de 27 de Março de 1931, o artigo intitulado *Nosso Programa*, no qual explicava que, acima de todos os pertencimentos o objetivo do jornal “é esclarecer, sem filiação a qualquer partido”. Para os responsáveis pelo jornal, em nome de quem Candeias escrevia, o mundo estava num momento crucial de transformação e nada permaneceria sem alteração:

as velhas formas de produção e consumo estão ameaçadas em todo o mundo, assim como as velhas formas de autoridade... Quando as sociedades chegam a este estado de desorganização e decadência – o fim está próximo. Qual o remédio?... A produção de escravos, servos e proletários precisa completar sua evolução até a produção de associados... A produção deve ter por base as necessidades coletivas e não o lucro de alguns indivíduos ou classes.

Aproximando a argumentação ainda mais da situação política efetivamente experimentada no Estado, o que decerto significava produzir apreensão junto aos grupos poderosos, Candeias escreveria no nº. seguinte do *O Homem do povo* sobre *S.Paulo, Metrópole do Brasil colônia*, denunciando as

práticas econômicas “nefastas” dos plutocratas de S.Paulo – “que açambarcam a maior parte do dinheiro da nação” - e seus objetivos separatistas.⁵⁴

De modo geral, percebe-se nestes artigos escritos para *O Homem do povo* um seu esforço redacional no sentido de aproveitar-se da companhia daqueles dois intelectuais pioneiros na produção de textos irreverentes e criativos, para também construir um texto cativante, dotado de graça e ironia, mas com o objetivo preciso e didático de colocar-se a serviço do esclarecimento da “exploração de classe”. A intenção que perpassava aquelas linhas é a da busca do engajamento eficiente, o que significava um proselitismo renovado para a literatura originária das fileiras do comunismo.

x x x

Antônio Candeias Duarte, como imigrante em terras paulistanas, foi alvo privilegiado da ação repressora da polícia política que coibia todo aquele que entendesse representar um papel importante na busca de melhores condições para os trabalhadores. A princípio e por princípio o braço policial do Estado adotava comportamentos que se podem identificar a partir de algumas características básicas, tais como: xenofobia, truculência, garantia de “bons costumes políticos”, crédito a delações e simplificações ideológicas.

De tal modo, do ponto de vista do aparato policial, a trajetória de Candeias durante os primeiros anos do século XX, em São Paulo, poderia ser entendida como a de um estrangeiro mal-agradecido pelo acolhimento a ele dispensado no Brasil, um criador de caso, um subversivo, enfim. Entretanto,

⁵⁴ 07.04.1931; Em 10 de Agosto de 1932, em pleno decorrer da denominada Revolução Constitucionalista, uma missivista anônima, que se identificava como “uma brasileira pela Constituição, viva o Brasil!”, encaminhou ao “chefe de polícia de São Paulo” carta na qual delatava Candeias como comunista e “um indivíduo muito perigoso... que deve ser preso enquanto a Revolução durar”. Havia razões para que os adeptos do extremado patriotismo paulista o abominassem. *Prontuário de Candeias*, nº 61 - APESP.

qual teria sido a opinião dos próprios supostos beneficiários da sua ação solidária e em que chave de entendimento poderiam enquadrá-lo?

Respondendo a um leitor preocupado em identificar-se precisamente quanto à corrente à qual estava filiado, justamente numa época de indefinições e fronteiras cediças entre os projetos ideológicos, o jornal *Spártacus* avançou uma interessante proposta de avaliação de comportamentos políticos. Dizia o periódico:

(Se tens dúvida sobre qual denominação adotar)
chama-te então do que quiseres - bolchevista,
sovietista, anarquista, sindicalista, rebelde, revoltado,
maximalista - és um camarada, és um irmão.⁵⁵

Assim, tomando por critério a intenção conciliadora e solidária daquela publicação, é possível afirmar que Candeias foi um irmão, um camarada português solidário com a luta dos trabalhadores brasileiros em busca de liberdade e justiça social.

⁵⁵ Rio de Janeiro, 29.09.1919